

2 JUL 1994

José Carlos de Azevedo

O relatório do ministro Luciano Brandão sobre as contas do governo da República relativas ao exercício de 1993 menciona dados sobre a educação brasileira cuja divulgação deve ser ampliada porque, apesar de conhecidos até de organismos internacionais, nunca haviam causado tanta preocupação a um órgão governamental como a revelada pela alta Corte.

Diz o relatório que, em matéria de saúde, educação, mortalidade infantil e renda *per capita*, o Brasil ocupa o 70º lugar entre 160 países; essa posição deprimente deve ser analisada sabendo-se que, em 1964, o Brasil possuía o 48º, PIB do mundo e passou à ter o oitavo 20 anos depois. Assim, o crescimento econômico não acompanhado da melhoria das condições de vida trouxe uma enorme concentração de renda, também considerada no relatório.

Esse desempenho aviltante se deve ao baixíssimo nível de educação do povo brasileiro, também comprovado pelo Tribunal Superior Eleitoral, em 1988, ao revelar que, entre os eleitores daquela época, somente 5% haviam terminado o curso superior, 3% não o haviam completado e apenas 10% haviam feito o 2º grau; os restantes 92% eram analfabetos

ou tinham escolaridade inferior à do 2º grau, um exemplo irrefutável da falência total da educação brasileira.

“Outro fator de transferência de renda das camadas mais pobres para as mais ricas, além do imposto inflacionário, é a política de educação existente no Brasil nos últimos anos. Esta Corte tem demonstrado preocupação com este fato, chamando a atenção para a participação dos gastos do ensino público: no exercício de 1991 o ensino superior absorveu 61,1% e o ensino fundamental apenas 1,1% do total”, declara o ministro Luciano Brandão, dizendo ainda que esses números passaram para 56% e 0,8% em 1993 e que “essa transferência de renda (...) pode ser detectada ao analisar a escola de primeiro grau que absorve aproximadamente 11 milhões de crianças, cuja renda familiar está no intervalo 1/4 (um quarto) a 1 (um) salário mínimo, valor inferior para a sobrevivência de qualquer ser humano”.

Logo em seguida, acentua que “o nível de desperdício e a baixa produtividade” das universidades públicas se demonstram com o perfil do universitário da rede pública: 72% possuem caso própria; 47,31% têm automóvel; 50% têm renda familiar superior a 30 salários mínimos. O estudante brasileiro custa muito mais que

Um triste fim Educação

o dos EUA e de países europeus. A relação aluno/professor na universidade pública é 142% menor que na particular, 256% menor que na França (cerca de um professor para 23 alunos) e em outros países da Europa, América do Norte e Oriente. Além disso, todos sabem, as escolas superiores particulares oferecem três vezes mais vagas que as públicas.

Mais uma vez o Brasil se encontra inabilitado para enfrentar um novo período na história das nações; a industrialização, apesar de Mauá e Delmiro Gouveia, chegou ao Brasil na segunda metade deste século, quase 200 anos depois da Revolução Americana, a invenção da máquina a vapor por James Watt e a publicação do *The Wealth of the Nations* por Adam Smith. Por isso, chegamos a reboque em todas grandes conquistas da humanidade, na medicina, nas ciências e na tecnologia. Para corrigir isso, pensaram alguns, ingenuamente ou para se autopromoverem, que deveria haver investimentos maciços no ensino superior, mas foi precisamente aí que surgiram tais distorções e a transformação do ensino superior público em cabide de emprego para despreparados.

O novo período da história das nações, lembra P. F. Drucker em seu recente livro (*Post-Capitalist Society*, Harper, 1993), é o da

sociedade do saber, que substituiu a sociedade industrial em países avançados. De fato, os imensos benefícios advindos para a humanidade com os progressos da física deste século, graças às teorias da relatividade e dos quanta, são de tal forma abrangentes e importantes, na biologia, na agricultura, na medicina e na tecnologia, que o mundo civilizado, onde o Brasil não se inclui, será completamente diverso do atual, em poucos decênios.

Não se sentem no Congresso Nacional preocupações com a situação do Brasil nesse cenário e o triste episódio da revisão constitucional comprovou o grande descaso. Somos uma nação de iletrados, repleta de aproveitadores; somos uma nação pobre onde a tecnologia é importada e a ciência é claudicante; entretanto, há pessoas qualificadas intelectualmente que ainda confiam. Todavia, sem uma reforma do sistema educacional, distinta da preconizada nas duas saturnais de trivialidades e lugares-comuns que estão no Congresso Nacional sob o falso invólucro de leis de diretrizes e bases, estamos fadados a repetir a personagem bíblica, condenados a olhar para trás e ser convertidos em estátuas de sal.

■ José Carlos de Almeida Azevedo, ex-reitor da Universidade de Brasília